

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ELISA LURAGO DA SILVA

**Juventude e Conservadorismo: o Papel da Extrema-Direita na Reconfiguração da  
Participação Política e Social das Mulheres Jovens no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao curso de Relações Internacionais da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
(PUC-SP), como exigência parcial para a  
obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Laerte Apolinário Júnior.

São Paulo

2025

Dedico este trabalho à minha família, base e razão de todas as minhas conquistas.

Aos meus pais, que me ensinaram o valor da honestidade, do esforço e do amor incondicional.

A cada palavra de incentivo, gesto de apoio e demonstração de fé em mim. Este resultado é, antes de tudo, reflexo de tudo o que aprendi com vocês.

Vocês são o meu propósito e a força que me guia todos os dias.

## RESUMO

O presente trabalho investiga o impacto da ascensão da extrema-direita e do conservadorismo no Brasil sobre a nova juventude do país, procurando analisar, em especial, como esse movimento político-cultural tem contribuído para a reconfiguração da participação política e social das mulheres jovens. A pesquisa parte da hipótese de que a reafirmação de valores tradicionais, impulsionada por discursos conservadores, têm redirecionado uma significativa parcela da juventude feminina a se mobilizar a favor de papéis sociais mais restritivos e tradicionalistas, a aproximando cada vez mais de ideais de extrema-direita. Tendo isso em vista, procura-se também entender como a extrema-direita usa esta lógica como um meio para instrumentalizar as mulheres jovens a favor da legitimação do discurso direitista no país. Com isso, nota-se um consequente retrocesso na luta pelos direitos emancipatórios femininos, visto que a defesa do conservadorismo implica na reafirmação dos padrões patriarcais e sexistas, que colocam a mulher em posição de subalternidade. A pesquisa propõe, assim, por meio de estudo bibliográfico e da análise do caso da ascensão do bolsonarismo e da juventude adepta à extrema-direita nas redes sociais, apresentar reflexões sobre como o ambiente digital tem se tornado um espaço central para a difusão de valores conservadores e para a formação de lideranças políticas jovens alinhadas à extrema-direita. Observa-se que o discurso bolsonarista opera de forma eficaz entre os jovens ao combinar moralidade, religião e nacionalismo com estratégias digitais de engajamento. Dessarte, conclui-se que a extrema-direita reconfigura as formas de participação política e social das mulheres, alinhando-as a pautas conservadoras e antiprogressistas. Tal dinâmica contribui para a consolidação do conservadorismo no Brasil contemporâneo e para o enfraquecimento das pautas de igualdade de gênero em um cenário de retrocesso democrático e avanço do autoritarismo moral.

**Palavras-chave:** Extrema-direita. Juventude feminina. Participação política. Conservadorismo. Bolsonarismo. Redes sociais.

## ABSTRACT

This study investigates the impact of the rise of the far-right and conservatism in Brazil on the country's new youth, seeking to analyze, in particular, how this political and cultural movement has contributed to the reconfiguration of the participation of young women in the political and social environment. The research is based on the hypothesis that the reaffirmation of traditional values, driven by conservative discourses, has redirected a significant portion of young women to mobilize in favor of more restrictive and traditional social roles, increasingly aligning them with far-right ideals. In this regard, it also seeks to understand how the far-right uses this logic as a means to instrumentalize young women in legitimizing the right-wing discourse in Brazil. Consequently, since the defense of conservatism implies the reaffirmation of patriarchal and sexist standards that place women in a subordinate position, there has been a setback in the struggle for women's emancipatory rights. The study, therefore, through bibliographical research and the analysis of the case of the rise of Bolsonarism and the youth aligned with the far-right on social media, aims to reflect on how the digital environment has become a central space for the dissemination of conservative values and the formation of young political leaders aligned with the far-right. It is observed that the Bolsonarist discourse operates effectively among young people by combining morality, religion, and nationalism with digital engagement strategies. Thus, it is concluded that the far-right reconfigures the forms of political and social participation of women, aligning them with conservative and anti-progressive agendas. This dynamic contributes to the consolidation of conservatism in contemporary Brazil and to the weakening of gender equality agendas in a context of democratic regression and the advance of moral authoritarianism.

**Keywords:** Far-right. Young women. Political engagement. Conservatism. Bolsonarism. Social media.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2 A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA E A JUVENTUDE BRASILEIRA</b>	<b>9</b>
2.1 Conservadorismo e extrema-direita: conceitos e debates	9
2.2 Da “direita envergonhada” à “nova direita” no Brasil	11
2.3 Redes sociais e a nova dinâmica da política	14
<b>3 CONSERVADORISMO E GÊNERO: A RECONFIGURAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES JOVENS NO BRASIL</b>	<b>17</b>
3.1 A construção da figura feminina no discurso conservador	17
3.2 A mulher jovem como alvo estratégico da extrema-direita	18
3.3 Impactos sociais da reconfiguração da participação política das mulheres jovens	21
<b>4 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DAS MULHERES JOVENS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO</b>	<b>24</b>
4.1 Panorama da participação feminina jovem na política brasileira	24
4.2 Análise empírica da mobilização feminina na política brasileira	26
4.3 O futuro da participação política das mulheres jovens no Brasil	30
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>35</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir do início da década de 2010, o cenário político brasileiro passou a ser vigorosamente marcado pelo fortalecimento de discursos de extrema direita e pela valorização de ideais conservadores e tradicionalistas. O ciclo de protestos de 2013 e a subsequente crise política e institucional abriram espaço para o crescimento de uma retórica antipolítica e moralista (Barnabé *et al.*, 2023, p. 292), que encontrou nas redes sociais digitais um terreno fértil para sua disseminação e consolidação (Marques; Nakatani, 2023).

Entre 2015 e 2017, o agravamento das tensões políticas e econômicas, somado ao enfraquecimento do sistema partidário e à insatisfação com o Partido dos Trabalhadores, impulsionou o surgimento de novas lideranças e grupos organizados, como o “Movimento Brasil Livre” (MBL) e o “Vem Pra Rua”, por exemplo, que contribuíram para a formação de uma “nova direita” no país (Santos; Penteado; Araújo, 2023). Em meio a todo este cenário caótico, polarizado e hostil, Jair Bolsonaro encontrou terreno fértil para construir seu discurso eleitoral em cima de pautas nacionalistas, populistas, antissistêmicas e conservadoras, com o objetivo de ganhar popularidade e, assim, guiar a população a entender que o Brasil precisava de um presidente que resgatasse os valores tradicionais e impusesse a ordem novamente no país (Barnabé *et al.*, 2023). Com isso, em 2018, Bolsonaro foi eleito presidente, consolidando o bolsonarismo como um fenômeno político e cultural de alcance nacional.

Assumindo uma postura diferente da “direita envergonhada” do período pós-ditadura, o bolsonarismo passou a reivindicar abertamente pautas autoritárias, patriarcais e militaristas, combinando conservadorismo moral, nacionalismo religioso e um discurso de rejeição à política tradicional e, muitas vezes, à própria democracia (Neto, 2017; Almeida, 2019). Além disso, sua força apoiou-se no uso estratégico das redes sociais como meio de mobilização e engajamento, sobretudo entre os jovens, que passaram a ocupar um papel central na difusão de narrativas conservadoras e na reconfiguração do engajamento político contemporâneo (Cuevas-Calderon *et al.*, 2024; Silva *et al.*, 2025).

Nesse contexto, as mulheres jovens ocupam um lugar estratégico para a consolidação e legitimação da extrema-direita brasileira. Longe de estarem afastadas da vida política, são interpeladas por narrativas que resgatam papéis tradicionais de gênero como o “familismo<sup>1</sup>”, a maternidade, e a submissão ao homem, em contraposição ao feminismo (Solano; Rocha;

<sup>1</sup> Conceito proposto pelo sociólogo Andreas Kemper (2016) como uma “posição biopolítica de entender a família tradicional como o princípio fundamental de criação e reprodução da nação - bem como da reproduzibilidade de identidades e valores nacionais” (Solano; Rocha; Sendretti, 2023, p. 2).

Sendretti, 2023). Essa construção discursiva reforça hierarquias patriarcas e sexistas que, consequentemente, contribuem para uma progressiva subalternização feminina (Biroli, 2016). Trata-se, portanto, de uma evidente reconfiguração da participação política e social das mulheres jovens brasileiras, cujos papéis sociais passam a ser cada vez mais moldados por expectativas conservadoras, dinâmica fomentada pelo corpo direitista da política brasileira como estratégia favorável ao seu fortalecimento (Solano; Rocha; Sendretti, 2023).

À vista disso, o objetivo geral da pesquisa em questão é analisar como o avanço do conservadorismo e da extrema-direita no Brasil têm reconfigurado a participação política e social das mulheres jovens. Para isso, serão discutidos os conceitos de conservadorismo e extrema-direita, contextualizando o processo da ascensão do bolsonarismo no país; será examinada como é realizada a construção da figura feminina no discurso conservador e como isso é instrumentalizado; serão investigados os efeitos dessa reconfiguração social e política da juventude brasileira; e, por fim, será efetuado um mapeamento acerca dos possíveis cenários futuros e expectativas para o engajamento das mulheres jovens.

Assim, a hipótese central deste trabalho é que a reafirmação de valores tradicionais, impulsionada por discursos conservadores de extrema-direita, tem redirecionado uma parcela significativa da juventude feminina brasileira a se mobilizar em prol de papéis sociais mais restritivos e tradicionalistas, aproximando-as cada vez mais de ideias de extrema-direita. Tal mudança não foi espontânea, mas sim resultado de uma instrumentalização articulada por esta vertente política para consolidar sua influência no cenário político brasileiro em um contexto de retrocesso democrático, crise do neoliberalismo e avanço do autoritarismo moral (Oliveira; Araújo; Belfi, 2022, p. 10-11). Dessa forma, torna-se essencial compreender como essa reconfiguração ideológica, incentivada por lideranças políticas e discursos midiáticos alinhados à extrema-direita, influencia diretamente a forma como as jovens percebem seus papéis sociais, suas ambições e sua participação na esfera pública e política e, ainda, como isso põe em risco seus direitos emancipatórios enquanto cidadãs.

Metodologicamente, a pesquisa apoia-se em revisão bibliográfica e análise documental, além da observação de discursos e campanhas políticas, considerando também a análise de dados disponibilizados por órgãos oficiais e pesquisas recentes, como os do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2025), do Observatório Nacional da Mulher na Política (Câmara dos Deputados, 2025) e de relatórios sobre candidaturas coletivas (Instituto de Defesa da Democracia; IEDE, 2024).

O estudo está organizado em três capítulos principais. O primeiro apresenta a base conceitual e histórica da ascensão da extrema-direita no Brasil e apresenta como a juventude foi inserida nesse processo. O segundo capítulo aborda a relação entre conservadorismo e gênero, com foco na juventude feminina, evidenciando como papéis tradicionais de gênero são reafirmados e instrumentalizados a favor da pauta da extrema-direita. Já o terceiro traz uma reflexão empírica acerca da participação política e social das mulheres jovens no Brasil contemporâneo, analisando dados, casos concretos e disputas discursivas. Por fim, a conclusão retoma os principais achados e reflete sobre os desafios e perspectivas para a participação política feminina.

Assim, este estudo busca contribuir para o debate acadêmico e social sobre os impactos da ascensão da extrema-direita no Brasil, com especial atenção à juventude feminina, grupo que ocupa simultaneamente uma posição de vulnerabilidade e centralidade nesse processo. Ao problematizar a instrumentalização de valores tradicionais como estratégia política, pretende-se evidenciar não apenas os mecanismos de reprodução de hierarquias de gênero, mas também as implicações dessa dinâmica para o futuro da democracia brasileira. Dessa maneira, a pesquisa propõe-se a oferecer subsídios para a compreensão crítica desse fenômeno e para a construção de caminhos que fortaleçam a participação política das mulheres jovens em bases mais igualitárias e emancipatórias.

## 2 A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA E A JUVENTUDE BRASILEIRA

### 2.1 Conservadorismo e extrema-direita: conceitos e debates

O conservadorismo, historicamente, caracteriza-se pela defesa da continuidade e manutenção da tradição e da ordem social estabelecida e, consequentemente, supõe que as desigualdades são naturais, não sendo papel da política realizar eventuais reivindicações para sua eliminação (Barnabé *et al.*, 2023, p. 290). Na verdade, trata-se de uma expressão que busca frear transformações sociais consideradas ameaçadoras ao *status quo*, reafirmando normas de comportamento, padrões familiares e relações de poder baseadas em hierarquia (Iasi, 2015). Nos últimos anos, principalmente devido às evidentes crises institucionais que o Brasil tem vivenciado, foi possível observar uma notável ascensão de movimentos e lideranças de extrema-direita, fenômeno que acompanha uma tendência internacional de fortalecimento do conservadorismo, sobretudo no âmbito político e cultural. Sendo assim, o termo “conservadorismo” passou a ser cada vez mais abordado nas análises de conjuntura e em conteúdos divulgados pela mídia e, inclusive, geralmente atrelado a pautas relacionadas à extrema-direita e à direita radical (Almeida, 2019, p. 186).

Dessa maneira, durante momentos de crise, a extrema-direita brasileira se aproveita do cenário de instabilidade e sustenta seu discurso, sobretudo, em cima da pauta conservadora. As cicatrizes deixadas pelo período ditatorial contribuíram para consolidar o conservadorismo como um pilar estrutural da sociedade brasileira, de modo que valores tradicionais moldaram profundamente a formação do corpo social e político do país (Iasi, 2015). No entanto, é sobretudo nas crises recentes (políticas, econômicas e morais) que esse discurso tem sido reatualizado e ressignificado. Como apontam Oliveira, Araújo e Belfi (2022), a combinação entre globalização, medidas neoliberais e instabilidade institucional produziu um ambiente propício para a ascensão de projetos autoritários que se apresentam como alternativas de “ordem” diante do caos. Nesse contexto, o conservadorismo transformou-se em uma linguagem política eficaz, utilizada pela extrema-direita para canalizar frustrações sociais e oferecer uma narrativa moral de restauração (Almeida, 2019; Marques; Nakatani, 2023). Assim, momentos de crise não apenas fortalecem o discurso conservador, mas permitem sua reconfiguração em torno de novas demandas simbólicas, como a defesa da família, da religião e da segurança, que passam a ocupar o centro do debate político contemporâneo.

Além disso, a ascensão da extrema-direita também alimenta-se de crises culturais, nas quais transformações nos padrões de comportamento, como maior liberdade sexual,

conquistas feministas e mobilização de minorias, por exemplo, são interpretadas como sinais de decadência moral (Ferreira, 2016). Nesse cenário, o conservadorismo se apresenta como reação, buscando frear avanços sociais em nome da preservação de valores tradicionais. Ainda, é possível afirmar que o movimento adquiriu um caráter “metapolítico”, no sentido proposto por Teitelbaum (2020) e interpretado por Ribeiro (2022), segundo o qual a extrema-direita desloca a disputa política para o campo cultural, moral e simbólico. A metapolítica não se limita à conquista do poder institucional, mas busca moldar valores, comportamentos e percepções sociais, transformando o senso comum antes mesmo da ação política direta. No caso brasileiro, essa estratégia se manifesta na chamada “guerra cultural” bolsonarista, que instrumentaliza temas como família, religião, gênero e sexualidade para produzir coesão ideológica e afetiva entre seus seguidores (Ribeiro, 2022). Assim, o projeto político da extrema-direita opera de forma difusa, infiltrando-se nas esferas do cotidiano, das redes sociais e das relações interpessoais, promovendo uma pedagogia moral que naturaliza hierarquias e desigualdades em nome da tradição e da autoridade (Ribeiro, 2022).

À vista disso, esse processo também se manifesta de forma particular em relação às mulheres, cuja emancipação política e social é constantemente questionada e reinterpretada por narrativas conservadoras, que resgatam papéis de submissão e domesticidade como modelos ideais (Solano; Rocha; Sendretti, 2023). Nesse contexto, a juventude, especialmente a feminina, torna-se alvo privilegiado de tais discursos, pois representa tanto a continuidade da ordem social defendida quanto um campo de disputa simbólica para a legitimação da extrema-direita (Cuevas-Calderon *et al.*, 2024).

Dessa maneira, a ascensão da extrema-direita deve ser entendida como resultado de uma combinação entre fatores estruturais e conjunturais. De um lado, sua base conceitual se anora na defesa da preservação das hierarquias sociais e da ordem moral; de outro, crises recorrentes funcionam como catalisadores que abrem espaço para discursos de restauração política e cultural (Iasi, 2015; Ferreira, 2016). Nesse processo, o conservadorismo atua como pilar fundamental que sustenta e legitima a extrema-direita, oferecendo a ela um repertório simbólico e ideológico já enraizado na sociedade brasileira. Dessa forma, não se trata apenas de fenômenos paralelos, mas de campos interligados, em que o conservadorismo fornece as bases culturais e morais para a expansão da extrema-direita, que, por sua vez, radicaliza e instrumentaliza tais valores em sua estratégia metapolítica (Ribeiro, 2022).

## 2.2 Da “direita envergonhada” à “nova direita” no Brasil

Durante décadas após a ditadura militar, consolidou-se no Brasil o fenômeno conhecido como “direita envergonhada”. Isto é, partidos e lideranças conservadoras evitavam associar-se explicitamente ao autoritarismo e ao discurso da extrema-direita, preferindo atuar sob o guarda-chuva de pautas mais liberais e conciliatórias (Neto, 2017). Essa postura foi resultado da rejeição social à violência do regime militar e da hegemonia cultural progressista que marcou o período da redemocratização. Com isso, esta estratégia permitiu que grupos conservadores mantivessem sua influência política sem sofrer desgastes pela associação direta com o passado ditatorial.

Entretanto, atualmente, sobretudo devido às várias mudanças sociopolíticas que permearam o país nas duas últimas décadas, a “direita envergonhada” perdeu espaço, inaugurando um novo posicionamento da política direitista brasileira, a chamada “direita sem vergonha” (Maitino, 2018, p. 129). Entre 2015 e 2016, o Brasil passou por um período bastante turbulento, visto que a presidente da república da época, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), enfrentava uma forte desaprovação popular devido a significativa crise institucional que foi instaurada durante seu mandato. Rousseff foi alvo de críticas em razão de suas próprias falhas e do agravamento da economia brasileira, dificuldades essas que foram intensificadas pela cobertura agressiva da mídia sobre o escândalo de corrupção da Operação Lava Jato<sup>2</sup> (Saad-Filho; Boito, 2016, p. 213-214).

Com isso, em meio ao clima de insatisfação e à escalada de tensões, em 2016, Rousseff foi vítima de um *impeachment*, processo que, impulsionado pela forte crise institucional, pelas denúncias de pedaladas fiscais, e por uma recessão econômica severa, aprofundou a polarização no país, gerando protestos e debates acalorados no corpo social brasileiro (Marques; Nakatani, 2023, p. 24-25). Consequentemente, o enfraquecimento do Partido dos Trabalhadores e, de modo geral, da esquerda brasileira, deu oportunidade e espaço para que a extrema-direita conquistasse cada vez mais protagonismo no país.

Nesse contexto, o ponto-chave para o crescimento desta ideologia foi a vitória de Jair Bolsonaro que, na época, fazia parte do Partido Social Liberal (PSL), contra Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2018. A campanha eleitoral de Bolsonaro foi conduzida principalmente por meio das redes sociais, optando por não participar de debates televisivos com os demais candidatos. Ademais, um dos fatores que

---

<sup>2</sup> “escândalo que revelou uma rede de empresas que canalizava somas vultosas para diversos indivíduos e partidos políticos por meio da estatal Petrobras.” (Saad-Filho; Boito, 2016, p. 214).

impulsionaram sua candidatura foi a ampla disseminação de notícias falsas, propagadas por redes automatizadas financiadas por empresários influentes e cujo principal objetivo era atacar seu adversário e seu respectivo partido, o PT, reforçando temas ligados a valores tradicionais, remetendo à questões como família, moralidade, militarismo e ordem, por exemplo (Marques; Nakatani, 2023, p. 25), sempre colocando a imagem do Partido dos Trabalhadores como suposto culpado pela atmosfera caótica, de crise e de injustiça social, reforçando um “discurso de ‘nós’ (bem) contra ‘eles’ (mal), colocando em risco a democracia a partir das diferenças” (Barnabé et al., 2023, p.292). À vista disso, muitos especialistas argumentam que a vitória de Jair Bolsonaro deu origem à “nova direita” no Brasil.

O bolsonarismo consolidou-se, portanto, como a principal expressão contemporânea da extrema-direita brasileira, articulando dimensões políticas, morais e comunicacionais em torno de uma narrativa autoritária e antissistêmica. Como observa Hoffmann (2022), trata-se de um fenômeno que ultrapassou a figura de Jair Bolsonaro e constituiu um movimento social e cultural mais amplo, sustentado por um discurso de “guerra cultural” que mobilizou valores religiosos, nacionalistas e moralistas em oposição às pautas progressistas. Assim, o bolsonarismo ressignificou o conservadorismo tradicional ao transformá-lo em identidade política, combinando populismo, retórica moral e uso estratégico das redes sociais para difundir desinformação e engajar afetivamente o público. Dessa forma, o movimento operou tanto na esfera institucional quanto na simbólica, promovendo uma metapolítica de restauração da autoridade e da ordem, o que reforça sua capacidade de moldar comportamentos e percepções no tecido social brasileiro (Ribeiro, 2022).

Em consequência, a política de Jair Bolsonaro criou terreno fértil para que defensores de valores cristãos, da manutenção do *status quo* e do incremento da repressão à criminalidade passassem a ocupar mais assentos no parlamento brasileiro, constituindo a chamada “bancada BBB - Bíblia, Boi e Bala” (Quadros; Madeira, 2018, p. 492) ou, simplesmente, “bancada evangélica”. A ascensão de líderes com discursos de cunho religioso teve início mais significativo desde o advento da redemocratização no país, sobretudo devido ao evidente aumento da adesão dos cidadãos brasileiros que se autodeclararam “evangélicos”<sup>3</sup>.

No entanto, antes da ascensão da bancada evangélica, as igrejas detinham forte apatia ao mundo da política. Isto é, o envolvimento da política com a religião era algo condenado por pastores e líderes religiosos cristãos, visto que, segundo eles, a política era profana, “de

<sup>3</sup> Segundo o IBGE, nos anos 2000, 15,4% dos brasileiros se declararam como “evangélicos”, enquanto em 2010, este número aumentou para 22,2%, o que representa 61,4% de crescimento, cabendo acrescentar que, em 1991, o percentual de fiéis compunha 9% da população, e apenas 6,6% em 1980. (Quadros; Madeira, 2018, p. 494).

satanás”, vista como um local indigno para a comunidade crente (Cowan, 2014). Contudo, a partir da abertura proposta pelo crescimento da pauta conservadora e do resgate dos valores tradicionalistas, representantes e fiéis da igreja evangélica passaram a ver a política como um espaço onde poderiam conquistar reconhecimento aos seus valores e, ainda, conquistar seus objetivos, abandonando o “apoliticismo” (Cowan, 2014, p. 109) e erguendo um novo lema, “irmão vota em irmão” (Quadros; Madeira, 2018, p. 494). Logo, a partir desta estratégia, a bancada evangélica foi construindo gradualmente sua força dentro do Senado brasileiro, buscando assegurar a “preservação de interesses doutrinários relacionados à moral e aos costumes (...) e as necessidades operacionais das igrejas” (Quadros; Madeira, 2018, p. 494).

Todavia, muito questiona-se também se este novo perfil da direita e do conservadorismo seria algo realmente inédito no corpo social e político do país. Assim como vários outros países da América Latina que passaram por regimes ditoriais, mesmo com a ascensão de grupos e partidos vinculados aos valores esquerdistas, o Brasil não apresentou uma efetiva reformulação de suas instituições (Ferreira, 2016, p. 167). Isto é, fatores como a violência generalizada e a repressão, por exemplo, característicos dos tempos ditoriais, criaram raízes no Brasil e, dessa maneira, assumiram caráter estrutural nas instituições. Sendo assim, a “direita radical e sem vergonha” não seria algo completamente novo, mas sim algo que sempre esteve presente na sociedade brasileira, e que foi capaz de se articular e se reerguer em meio à momentos de instabilidade, conforme analisado previamente neste capítulo.

Tendo isso em vista, é possível visualizar como o conservadorismo na política brasileira não é um fenômeno recente e tampouco uniforme, mas sim uma manifestação constante da própria luta de classes e do interesse das elites em conservar a ordem social vigente, atuando como um “vetor que tem apontado a direção e o sentido do processo social em curso” (Almeida, 2019, p. 187). Ou seja, trata-se de uma expressão das relações sociais que estruturam o cotidiano e moldam a consciência coletiva, ainda que essa consciência se manifeste de maneira contraditória ou até mesmo distorcida. Assim, os valores conservadores que sustentam o *status quo* não surgem isoladamente, mas são resultado das condições sociais e econômicas que estruturam a sociedade (Ferreira, 2016, p. 170, *apud* Iasi, 2015).

Portanto, a ascensão da extrema-direita no Brasil pode ser interpretada como resultado de um processo de reorganização ideológica, que se aproveitou das crises econômicas, políticas e culturais para se legitimar e se consolidar. Nesse contexto, ao romper com o silêncio histórico da “direita envergonhada” (Neto, 2017), o bolsonarismo inaugurou uma

etapa inédita da política brasileira: a da “direita sem vergonha”, abertamente autoritária e moralista, que combina a linguagem do populismo com o instrumental tecnológico das redes sociais e a retórica religiosa do conservadorismo moral. Trata-se, assim, de uma síntese entre crise democrática, polarização midiática e reorganização simbólica do conservadorismo, um projeto que transforma valores culturais em armas políticas, redefinindo o próprio campo da disputa ideológica no Brasil contemporâneo (Hoffmann, 2022).

### **2.3 Redes sociais e a nova dinâmica da política**

Com o avanço do uso das redes sociais como principal meio de mobilização e disseminação de ideias, muitos grupos e partidos políticos reconheceram que o ambiente digital poderia ser uma ferramenta estratégica para influenciar resultados políticos (Santos *et al.*, 2023, p. 237-241), o que também trouxe mudanças ao movimento direitista e conservador brasileiro. Isto é, o uso de mídias sociais torna os “modelos tradicionais de participação e representação na sociedade civil mais flexíveis e horizontais” (Santos *et al.*, 2023, p. 239), permitindo que as pessoas se comuniquem de maneira facilitada, direta e dinâmica. Em consequência, a dinamização da comunicação provoca a criação de um senso identitário e de coletividade entre os usuários.

A partir desta lógica, a internet passou a ser vista como um importante mecanismo de articulação política, sobretudo para a conquista de apoiadores mais jovens, visto que a juventude representa um dos grupos mais ativos no ambiente digital e mais suscetíveis à influência das redes sociais. O funcionamento das redes cria bolhas ideológicas, em que os usuários são constantemente expostos a conteúdos semelhantes, reforçando suas crenças e dificultando o contato com perspectivas divergentes. Isso não apenas amplia a polarização, mas também cria uma sensação de pertencimento e identidade política reforçada pelo ambiente digital (Cuevas-Calderon *et al.*, 2024). Nesse sentido, a ascensão da “nova direita brasileira” encontrou nas mídias sociais um espaço propício para a disseminação de discursos conservadores e tradicionalistas, muitas vezes pautados pela rejeição ao progressismo e pelo resgate de valores morais e familiares.

Uma das principais estratégias utilizadas para promover a mobilização da extrema-direita nas mídias sociais é por meio de publicações de líderes e influenciadores direitistas que possuem grande visibilidade nas redes, promovendo pautas que ressoam com anseios e inseguranças da juventude em meio às mudanças sociais e econômicas do país

(Cuevas-Calderon *et al.*, 2024). Dessa maneira, esses “influencers” são responsáveis por criar conteúdos apelativos e que induzem os telespectadores a questionar valores progressistas por meio do sentimentalismo, abordando tópicos sensíveis como aborto, sexualidade, religião, etc. Assim, através dos influenciadores digitais, a conexão com o público jovem torna-se muito mais rápida e fácil pois, a partir das mídias sociais, a ideologia da extrema-direita consegue se adaptar ao ambiente da juventude, que passa a se conectar com os ideais apresentados.

Nesse contexto, destacam-se figuras como Nikolas Ferreira, deputado federal pelo estado de Minas Gerais, e Lucas Pavanato<sup>4</sup>, vereador da cidade de São Paulo, ambos filiados ao Partido Liberal (PL). Segundo Silva *et al.* (2025, p. 372), como políticos jovens, empregam um mecanismo que, ao mesmo tempo em que mantém uma base radical ativa e recruta novos jovens eleitores para o extremismo político, também constrói novos arranjos políticos voltados a se aproximar de forma eficaz dos eleitores de centro ou indecisos dentro do espectro político. Por meio da análise de suas redes sociais, sobretudo TikTok e Instagram (@lucaspavanato e @nikolasferreiradm), é possível observar como Pavanato e Ferreira fazem postagens de vídeos curtos com linguagem coloquial repleta de piadas e apoiadas em “memes” e outros elementos visuais para sustentar sua narrativa. Com isso, contribuem para a “radicalização do ‘mainstream’, incluindo sinais estéticos que comunicam emoções como a raiva, utilizando humor, sagacidade e códigos inteligentes que transmitem mensagens excluadoras e desumanizadoras” (Silva *et al.*, 2025, p. 378).

Logo, o impacto das redes sociais não se limitou à esfera política, mas também repercutiu na forma como determinadas pautas sociais passaram a ser interpretadas e debatidas no Brasil. Em particular, o discurso conservador encontrou na internet um espaço eficaz para difundir e ressignificar questões de gênero, pauta que “figura como principal objeto de investimento e injunção do pensamento conservador contemporâneo” (Ferreira, 2016, p. 171, apud Barroco, 2009). Como ressalta Ferreira (2016, p. 172), os papéis sociais baseados nos sexos organizam e refletem de maneira direta a estrutura dos demais aparelhos ideológicos, o que explica a centralidade do tema na agenda conservadora. Nesse contexto, a defesa da família, da moralidade e da hierarquia de gênero, amplamente promovida por setores da extrema-direita, resultou em um discurso que reforça a manutenção das mulheres em papéis historicamente atribuídos a elas, como o cuidado do lar e a maternidade. Esse

---

<sup>4</sup> “O deputado federal mais votado do Brasil nas eleições de 2022 foi Nikolas Ferreira, do Partido Liberal (PL), estreitamente ligado ao clã Bolsonaro. Aos 26 anos, ele recebeu mais de 1,4 milhão de votos. Já nas eleições municipais de 2024, Lucas Pavanato, também do Partido Liberal (PL), foi o vereador mais votado da cidade de São Paulo.” (Silva *et al.*, 2025, p. 378).

fenômeno, intensificado nos últimos anos e amplificado pelas redes sociais, expressa não apenas um resgate de ideais conservadores, mas também uma reação ao avanço dos direitos femininos conquistados nas últimas décadas, evidenciando que a participação das mulheres não foi simplesmente desmobilizada, mas reconfigurada em favor de uma agenda conservadora e anti-progressista (Solano; Rocha; Sendretti, 2023).

Dessa forma, como grupo historicamente minoritário e marginalizado politicamente, as mulheres compõem a parcela da sociedade que é prioritariamente afetada pela guinada conservadora da política brasileira. Entre as jovens, esse impacto se manifesta de maneira particularmente intensa, já que suas experiências cotidianas como as redes sociais, educação, espaços de sociabilidade, por exemplo, tornam-se terreno fértil para a difusão de narrativas moralistas e normativas sobre o que seria o “papel adequado” da mulher (Cuevas-Calderon *et al.*, 2024). Plataformas digitais, influenciadores conservadores e campanhas de mídia orientadas por setores da extrema-direita funcionam como instrumentos estratégicos para moldar percepções, atitudes e comportamentos, reforçando modelos de feminilidade tradicional e promovendo a internalização de valores anti-progressistas.

Apesar disso, os dados oficiais indicam que as mulheres jovens continuam participando ativamente da política, mas de forma reconfigurada. Segundo dados do TSE (2025), a presença de mulheres jovens em candidaturas e espaços partidários ainda é baixa em termos relativos, mas crescente em setores alinhados a agendas conservadoras. O Observatório Nacional da Mulher na Política (Câmara dos Deputados, 2025) confirma que muitas dessas jovens assumem papéis de visibilidade e mobilização em contextos que reforçam valores tradicionais, evidenciando que a participação feminina não foi suprimida, mas redirecionada para legitimar pautas anti-progressistas.

Assim, compreender o papel da extrema-direita na reconfiguração da juventude feminina exige analisar tanto os mecanismos ideológicos quanto os canais de disseminação dessas ideias, revelando como a política contemporânea no Brasil articula moralidade, gênero e mobilização juvenil. Esse fenômeno será abordado com maior profundidade no Capítulo 2, que discutirá a relação entre conservadorismo, gênero e participação política das mulheres jovens, evidenciando o caráter estratégico desse grupo para a consolidação da agenda conservadora.

### **3 CONSERVADORISMO E GÊNERO: A RECONFIGURAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES JOVENS NO BRASIL**

A ascensão da extrema-direita e a consolidação de pautas conservadoras no Brasil não impactam apenas a política em termos eleitorais e institucionais, mas também a organização social e a vida cotidiana, especialmente das mulheres jovens. Ao contrário de uma simples exclusão da participação feminina, observa-se uma reconfiguração de sua presença política e social, direcionando-a para a legitimação de valores tradicionais, hierarquias de gênero e papéis historicamente atribuídos às mulheres (Solano; Rocha; Sendretti, 2023). Essa transformação está diretamente relacionada à construção de uma narrativa moralista e conservadora, na qual a juventude feminina passa a ocupar posições de visibilidade e mobilização que reforçam a agenda da extrema-direita, muitas vezes em detrimento da expansão de direitos e da igualdade de gênero (Ferreira, 2016; Solano; Rocha; Sendretti, 2023).

O crescimento da narrativa conservadora que põe a mulher em situação de inferioridade causa a exclusão sistemática da figura feminina no campo da política (Biroli, 2016). A aproximação das mulheres aos padrões patriarcais de gênero implica que “são eles, os homens, que terão os instrumentos para dar sentido e definir qual é o peso, qual é a importância, das experiências e das necessidades delas na esfera pública” (Biroli, 2016). Dessa forma, a retomada dos ideais tradicionalistas põe em alto risco a garantia de direitos das mulheres e, ainda, deslegitima a história, a luta e as conquistas alcançadas pelo movimento feminista.

#### **3.1 A construção da figura feminina no discurso conservador**

O discurso conservador atribui à figura da mulher como guardiã da moralidade, da família e da ordem social, assumindo papéis historicamente associados à maternidade, aos cuidados domésticos e à submissão ao homem (Solano; Rocha; Sendretti, 2023, p. 2-3). Essa representação simbólica dialoga com a ideia da “mulher virtuosa”, de “mulher de valores” (Solano; Rocha; Sendretti, 2023, p. 4) concebida como contraponto ao feminismo, e reforça a narrativa de que a emancipação feminina seria incompatível com os valores tradicionais da sociedade (Biroli, 2016).

A defesa da família tradicional e da hierarquia de gênero torna-se, assim, um elemento central na consolidação da agenda conservadora. Líderes políticos, influenciadores digitais e atores religiosos promovem essa visão de mundo, associando a feminilidade a comportamentos moralmente “apropriados” e incentivando a internalização desses valores entre a juventude feminina (Almeida, 2017; Cuevas-Calderon *et al.*, 2024).

Ademais, a construção da figura feminina no discurso conservador está diretamente relacionada à instrumentalização da participação das mulheres em prol da legitimidade da extrema-direita. A presença feminina em espaços públicos e políticos não é eliminada, mas reconfigurada, direcionando seu protagonismo para apoiar pautas que reforçam normas tradicionais de gênero, restringindo a expansão de direitos e consolidando modelos hierárquicos de poder (Almeida, 2019; Quadros; Madeira, 2018). Apesar de reforçar a posição subalterna das mulheres, a extrema-direita entende que o engajamento feminino não pode ser descartado, visto que representa uma forte parcela do eleitorado brasileiro (Solano; Rocha; Sendretti, 2023, p. 2). Sendo assim, a direita instrumentaliza e manipula o corpo social feminino ao seu favor, articulando “ideias-forças como o nacionalismo, tradição e religião para engajar mais mulheres que compartilham ou valorizam uma posição ética conservadora” (Solano; Rocha; Sendretti, 2023, p. 3).

Portanto, compreender essa construção simbólica é fundamental para analisar como o conservadorismo molda identidades e práticas sociais, configurando a participação política das mulheres jovens não como ausência ou desmobilização, mas como participação orientada pela agenda conservadora.

### **3.2 A mulher jovem como alvo estratégico da extrema-direita**

As mulheres jovens constituem um grupo estratégico para a consolidação da agenda conservadora, pois estão em uma fase de construção de identidade política e social, sendo, portanto, mais suscetíveis à influência de discursos moralistas e religiosos promovidos pela extrema-direita (Almeida, 2017; Cuevas-Calderon *et al.*, 2024). Nesse contexto, a extrema-direita promove movimentos ativistas e estratégias voltadas para o incentivo a uma maior receptividade das mulheres às pautas direitistas, com foco em aumentar a influência da vertente política no país. Entre elas, destacam-se três principais: a primeira envolve ataques sistemáticos ao movimento feminista e à discussão de questões de gênero e sexualidade, frequentemente enquadradas pelo termo polêmico “ideologia de gênero”, que tem como

objetivo restringir direitos de minorias e ampliar o controle sobre seus corpos. Essa estratégia desincentiva o debate público e dificulta a formulação e implementação de leis voltadas à ampliação democrática desses direitos (Costa, 2025, p. 28).

O debate “anti gênero” foi muito presente, inclusive, no discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro, que frequentemente reforçava como era um interesse prioritário de sua administração a erradicação da “ideologia de gênero” no país. Tal plano foi coordenado, sobretudo, por Damares Alves, ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019-2022) e atual senadora. Nesse período, a pauta “anti gênero”, que até então se limitava a iniciativas da sociedade civil, foi incorporada ao aparelho estatal, consolidando-se como uma “nova política de gênero” marcada por traços ultra conservadores e neoliberais (Prado, 2025), e que buscava, acima de tudo, reafirmar a idealização do fortalecimento da ordem patriarcal, da “família tradicional brasileira”, que posiciona o homem como figura central e coloca as mulheres em posições secundárias, de submissão (Costa, 2025, p. 30; Netto; Chaguri; Cavalcante, 2020, p. 6).

Em sequência, a segunda estratégia está relacionada à intensificação da campanha de retorno das mulheres ao espaço doméstico, desestimulando sua participação no espaço público e político. Por meio de materiais e ações que dialogam com objetivos publicitários, há um deslocamento simbólico das mulheres para o ambiente doméstico, reforçando a associação de seu papel social à esfera privada e familiar (Costa, 2025).

A popularização das chamadas *tradwives* (mulheres tradicionais) ilustra perfeitamente este resgate da domesticidade por parte das mulheres. Este movimento se caracteriza pela ideia de que, após os avanços emancipatórios conquistados pela luta do feminismo e, consequentemente, do desprendimento feminino da dependência e submissão ao lar por conta da ampliação de oportunidades no mercado de trabalho, por exemplo, agora, elas teriam a liberdade para também optar pela vida doméstica, algo visto como “contracultural e representativo de uma ‘submissão subversiva’ em meio à sociedade contemporânea” (Solano; Rocha; Sendretti, 2023, p. 3). O crescimento deste posicionamento ancorou-se no desgaste que a dinâmica capitalista impôs sobre as mulheres, isto é, mesmo após conquistarem o mercado de trabalho e terem mais liberdade financeira e autonomia, as estruturas sociais não necessariamente acompanharam estes mesmos avanços, visto que a maternidade e deveres domésticos ainda são majoritariamente atribuídos à figura feminina. Com isso, as mulheres foram impactadas por trabalho precarizado, remuneração ainda muito injusta e, sobretudo, um desgaste extremo (Costa, 2025, p. 33), efeitos que contribuíram para a disseminação dos

ideais sugeridos pelo movimento das *tradwives*, que sugere uma vida pacífica às mulheres, que não precisariam ter grandes preocupações para além do doméstico.

Por fim, a terceira estratégia envolve a utilização de mulheres próximas a candidatos, como esposas ou filhas, por exemplo, para suavizar e legitimar a imagem de políticos homens, especialmente em pleitos executivos (Costa, 2025). Nesse contexto, mulheres atuam como instrumentos de identificação com o eleitorado e como elemento de legitimação democrática, apoiando candidaturas femininas, porém alinhadas a uma agenda patriarcal, autoritária e conservadora.

Um exemplo emblemático dessa estratégia no Brasil foi a atuação de Michelle Bolsonaro, esposa de Jair Bolsonaro, cuja imagem pública foi construída como a de uma mulher recatada, religiosa e voltada à família, em consonância com os valores defendidos pelo conservadorismo. Sua presença no cenário político não ocorreu de forma autônoma, mas como suporte à candidatura e ao governo de Jair Bolsonaro, funcionando como mediadora junto a segmentos do eleitorado feminino e evangélico (Almeida, 2019). Ao adotar um discurso centrado na fé cristã, na moralidade e na defesa da família tradicional, Michelle suavizou a imagem do marido, marcada por declarações agressivas e misóginas, ao mesmo tempo em que reforçou a legitimação de um projeto patriarcal e autoritário (Solano; Rocha; Sendretti, 2023). Nesse sentido, sua atuação exemplifica como a extrema-direita não exclui as mulheres da política, mas as reposiciona em papéis adjacentes, subordinados e voltados à validação de lideranças masculinas.

À vista disso, relacionando essas estratégias com as novas formas de comunicação utilizadas atualmente, como as redes sociais, principalmente, é possível observar como o plano de engajamento feminino direitista afeta, inclusive, a população mais jovem de maneira muito significativa. Considerando que os jovens têm acesso amplo à internet, partidos de extrema-direita também se aproveitam deste terreno fértil para direcionar grandes volumes de comunicação a este público, influenciando diretamente no comportamento e na formulação do posicionamento político da juventude brasileira.

Ainda, ao relacionar esta reflexão com as mulheres, a questão se torna ainda mais complexa, visto que essa exposição precoce é particularmente prejudicial a elas, pois pode moldar concepções sobre gênero, sexualidade e papéis sociais antes mesmo que essas jovens desenvolvam uma compreensão crítica plena, reforçando estereótipos de submissão feminina e naturalizando a centralidade do homem e da família tradicional (Costa, 2025; Solano; Rocha; Sendretti, 2023). Ao mesmo tempo, apresenta escolhas domésticas e familiares como

alternativas “empoderadas” e desejáveis, mascarando a limitação da autonomia feminina. Assim, as redes sociais funcionam como um instrumento estratégico, não apenas de difusão de ideias conservadoras, mas de formação precoce de comportamentos e crenças, consolidando a presença da agenda da extrema-direita entre mulheres jovens e contribuindo para a perpetuação de uma cultura política que restringe a participação plena e crítica das mulheres no espaço público.

### **3.3 Impactos sociais da reconfiguração da participação política das mulheres jovens**

A reconfiguração da participação política das mulheres jovens pela ascensão conservadora e pela extrema-direita produz efeitos significativos na vida social, política e cultural do país. Um dos impactos mais evidentes é o deslocamento de parcelas dessa juventude feminina de espaços progressistas, historicamente marcados pela defesa de pautas feministas e igualitárias, para ambientes conservadores, nos quais sua atuação se dá em conformidade com papéis tradicionais de gênero (Solano; Rocha; Sendretti, 2023). Tal processo ancora-se na crescente e consequente naturalização da desigualdade entre homens e mulheres, frequentemente apresentada como uma diferença “cultural” ou “biológica”, o que legitima a permanência de hierarquias de gênero e dificulta avanços em termos de equidade (Gomes Ferreira, 2016).

Durante o período que antecedeu a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da república, como forma de reação ao discurso misógino e altamente polêmico do candidato, o movimento feminista brasileiro se mobilizou por meio do movimento “#EleNão”. Iniciado através de postagens em redes sociais, o movimento levou às ruas de diversas capitais do Brasil uma multidão de mulheres. Inclusive, segundo matéria da BBC (2018), em 29 de setembro de 2018, o movimento #EleNão foi responsável por organizar uma das maiores manifestações de mulheres na história do país:

“Além disso, o movimento de sábado abraçou pautas que vão muito além do feminismo. "#EleNão virou um significante cheio de significados. Isso é muito importante na luta política. Começou pelas mulheres, porque Bolsonaro disse frases de baixo nível em relação à mulher, e foi englobando muita coisa, como a defesa da democracia e dos direitos humanos”, continua Céli.” (Rossi; Carneiro; Gragnani, 2018).

Dessarte, é possível observar como, antes da guinada conservadora e da oficial inauguração da consolidação do poder da “nova direita” com a eleição de Jair Bolsonaro, ainda havia uma grande postura de caráter transformador e mobilizador por parte das mulheres e do movimento feminista brasileiro. No entanto, com a ascensão dos valores conservadores, como já discutido anteriormente nesta análise, ocorreu um enfraquecimento da pauta a favor dos direitos emancipatórios femininos no país, sobretudo devido ao descontentamento das mulheres frente à vitória de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018.

Por conseguinte, fica evidente que tais transformações ideológicas impactam diretamente a autonomia das mulheres jovens em múltiplas dimensões: educacional, ao restringir debates sobre educação sexual e direitos reprodutivos; sexual, ao reafirmar o controle moral sobre seus corpos e escolhas; e econômica, ao reforçar a expectativa da dedicação prioritária à esfera doméstica em detrimento da inserção plena no mercado de trabalho (Biroli, 2016). Além disso, contribuem para a ressignificação do papel social da juventude feminina, que passa a ser representada mais como guardiã de valores tradicionais do que como agente de transformação social e política (Cuevas-Calderon *et al.*, 2024).

Por fim, é de suma importância destacar que essa reconfiguração se conecta a retrocessos concretos nas políticas públicas voltadas às mulheres. Áreas como saúde reprodutiva, prevenção da violência de gênero e programas de educação em sexualidade têm sido diretamente afetadas, seja por cortes orçamentários, seja pela pressão de grupos conservadores que associam tais políticas a uma “agenda ideológica” (Almeida, 2019; TSE, 2025).

O estudo de Carlos, Pereira e Rodrigues (2025) evidencia que o governo Bolsonaro promoveu um desmonte ativo e intencional das políticas para mulheres, substituindo a transversalidade de gênero pela centralidade da “família” como eixo das ações do antigo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos<sup>5</sup>. Essa mudança implicou tanto na descontinuidade de programas, como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e projetos voltados à saúde reprodutiva, por exemplo, quanto na reconfiguração de iniciativas existentes, priorizando ações materno-infantis e de promoção da domesticidade feminina. Ademais, medidas como a fusão do “Ligue 180” com o “Disque 100” enfraqueceram a capacidade de atendimento especializado a mulheres vítimas de violência, comprometendo a

<sup>5</sup> Atualmente, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos teve suas funções divididas entre outros ministérios, como o Ministério das Mulheres e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH).

efetividade das políticas de enfrentamento. Assim, o impacto social não se restringe à representação simbólica, mas repercute diretamente na efetivação de direitos fundamentais, limitando os espaços de emancipação feminina e reafirmando a centralidade do conservadorismo como força reguladora da vida social.

## 4 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DAS MULHERES JOVENS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

### 4.1 Panorama da participação feminina jovem na política brasileira

Segundo dados apresentados pelo Senado Federal (2022), apesar de representarem 53% do eleitorado, as mulheres continuam sub-representadas na política e nos espaços de poder. Dados recentes da União Interparlamentar (UIP) e da ONU Mulheres (2025) revelam que o Brasil, atualmente, assume a 133<sup>a</sup> posição no ranking global de representação parlamentar de mulheres e a 53<sup>a</sup> posição no ranking de representação ministerial.

“Apesar de as Américas apresentarem a maior proporção de mulheres parlamentares no mundo (35,4%), o Brasil tem índices muito abaixo da média do continente. Apenas 18,1% da Câmara dos Deputados é composta por mulheres, ou seja, 93 parlamentares. No Senado, elas são 19,8%, somando apenas 16 mulheres. Esses números colocam o país entre os piores desempenhos globais nesse quesito. Nos ministérios, a situação é um pouco melhor: 10 das 31 pastas são comandadas por mulheres, o equivalente a 32,3% dos cargos ministeriais. Ainda assim, o Brasil está distante dos nove países que atingiram a paridade de gênero nos gabinetes, com 50% ou mais de mulheres ministras.” (ONU Mulheres, 2025).

Entre a juventude, essa participação é ainda mais limitada, visto que levantamentos realizados pelo Observatório Nacional da Mulher na Política indicam que, nas eleições municipais de 2024, as candidaturas femininas aumentaram 1% em comparação com 2020, mas ainda assim houve descumprimento da cota de 30% em 14% dos municípios (União Brasil, 2025). O Observatório em questão também mostra que, embora as juventudes partidárias tenham atraído maior interesse feminino, a efetiva ocupação de cargos formais permanece baixa, reforçando o desequilíbrio entre gênero e idade na política.

Ainda, a ausência de representatividade feminina e a consequente predominância de discursos discriminatórios e misóginos dentro dos espaços decisórios da política brasileira abrem espaço para que uma série de injustiças sejam impostas à presença das mulheres nesses locais. Isto é, a maioria masculina nesses espaços “faz com que eles indiquem candidatos semelhantes ao seu próprio perfil, seja para cargos no Executivo ou Legislativo” (Clavery; Fraga, 2025) e, consequentemente, excluindo as mulheres de maneira expressiva.

De acordo com o relatório “Análise de Processos sobre Fraudes contra a Participação Feminina nas Eleições Municipais de 2020 no Brasil”, do projeto “De Olho nas Urnas -

Candidaturas de Mulheres e Monitoramento da Igualdade de Gênero nas Eleições de 2024”, do Observatório Nacional da Mulher na Política da Secretaria da Mulher, há uma legislação sobre a cota de gênero nas eleições brasileiras para garantir que minimamente exista uma representação feminina nas candidaturas partidárias, em busca de combater a histórica desigualdade de representação entre homens e mulheres em espaços de decisão e de poder. A cota de gênero determina que cada partido ou coligação deve reservar um percentual mínimo de suas candidaturas para cada gênero, sendo atualmente de, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% para candidaturas de cada sexo. Entretanto, a fim de burlar essa legislação, partidos políticos têm utilizado candidaturas femininas fictícias (comumente chamadas de “candidaturas laranja”) para cumprir artificialmente o mínimo de 30%, sem a intenção real de promover a participação feminina na política. Por conseguinte, tais fraudes minam a eficácia da lei e perpetuam a desigualdade de gênero, além de violarem os princípios democráticos de representatividade e igualdade na política.

Dessa forma, fica evidente como a reconfiguração do engajamento político das mulheres no Brasil não se dá apenas por fatores individuais ou desinteresse, mas também é alimentada por estruturas institucionais que reproduzem desigualdades e bloqueiam efetivamente o acesso das mulheres aos espaços de poder. Esse tipo de fraude compromete a confiança das mulheres nas instituições democráticas e reforça a percepção de que o espaço político não é feito para elas, o que pode gerar desilusão e afastamento. Para as mulheres jovens, em especial, que já enfrentam um contexto de polarização, discursos conservadores de gênero e ataques constantes ao feminismo, esse cenário pode intensificar a ideia de que a política é um espaço hostil e inóspito, as distanciando precocemente dos ambientes decisórios. Ainda, essas disparidades também são prejudiciais para a manutenção de uma democracia plena no país, visto que as oportunidades de exercício da cidadania não são, evidentemente, ofertadas de forma justa devido a todos esses impasses.

“A representatividade feminina não é uma concessão política, tampouco um capricho ideológico. Trata-se de um instrumento de qualificação da democracia e de aperfeiçoamento dos processos decisórios. Pesquisas de mercado e estudos produzidos por organismos multilaterais e instituições privadas demonstram que organizações com maior diversidade em seus quadros decisórios produzem melhores resultados, têm maior lucratividade e desenvolvem políticas mais aderentes às necessidades da sociedade.” (Neiva, 2025).

Diante desse panorama, torna-se evidente que a sub-representação das mulheres jovens na política brasileira não é resultado apenas de escolhas individuais, mas reflete a presença persistente de barreiras estruturais que limitam seu acesso aos espaços de poder. As fraudes eleitorais, como as candidaturas “laranja”, juntamente com a predominância de homens nos cargos decisórios, consolidam um ambiente político que reproduz desigualdades de gênero e reforça percepções de exclusão. Por conseguinte, esse cenário contribui para a desilusão das mulheres jovens em relação às instituições democráticas e pode desestimular seu engajamento, especialmente em um contexto marcado por polarização, discursos conservadores e ataques ao feminismo. A ausência de representatividade feminina impacta não apenas as próprias mulheres, mas a qualidade da democracia brasileira como um todo, uma vez que decisões tomadas em ambientes majoritariamente masculinos tendem a ser menos sensíveis às demandas de toda a população. Assim, garantir maior participação das mulheres jovens na política não se trata de uma concessão, mas de uma necessidade para o fortalecimento da democracia, para a promoção de políticas públicas mais inclusivas e para a construção de espaços decisórios mais qualificados e representativos (Neiva, 2025).

#### **4.2 Análise empírica da mobilização feminina na política brasileira**

A reconfiguração da participação política e social das mulheres jovens no Brasil pode ser observada de forma clara em exemplos concretos que expõem como o conservadorismo e o feminismo disputam espaços de visibilidade e engajamento. Esse embate não se restringe apenas às urnas ou aos partidos políticos, mas se desdobra em campanhas eleitorais, mobilizações sociais e no uso estratégico das redes digitais, que hoje constituem um dos principais palcos de atuação da juventude.

De um lado, observa-se o crescimento de candidaturas de mulheres jovens alinhadas a discursos conservadores. Essas candidaturas, muitas vezes, são construídas sobre a defesa da família tradicional, da moral cristã e de pautas contrárias ao feminismo, ao aborto e à chamada “ideologia de gênero”. O uso das redes sociais, em especial Instagram, TikTok e YouTube, tem sido essencial para impulsionar essas lideranças. Jovens políticas conservadoras, como deputadas federais e estaduais eleitas em 2018 e 2022, consolidaram-se eleitoralmente justamente ao explorar a estética da juventude, o carisma e a linguagem digital para dialogar com públicos mais jovens. Sendo assim, como destaca Paulino (2019), as plataformas digitais não apenas amplificaram a circulação de narrativas políticas, mas

também criaram novas formas de identificação, permitindo que discursos antifeministas se apresentem de forma “naturalizada” no cotidiano das jovens mulheres. Esse fenômeno é observado também por Cuevas-Calderon *et al.* (2024), que analisam como influenciadoras conservadoras latino-americanas (incluindo as brasileiras) mobilizam o discurso moral e a estética digital para promover pautas da extrema-direita nas redes sociais. Dessa maneira, a visibilidade política de jovens mulheres conservadoras expressa o uso metapolítico do ambiente digital, no qual a performance pública substitui a militância tradicional e converte seguidores em base política organizada (Cuevas-Calderon *et al.*, 2024; Ribeiro, 2022; Hoffmann, 2022).

Por outro lado, também emergem exemplos expressivos de resistência feminista protagonizada por mulheres jovens. O movimento “#EleNão”, já citado anteriormente neste estudo, é um marco do ciberativismo feminino no Brasil. Liderado por coletivos de mulheres, muitas delas universitárias e jovens trabalhadoras, o movimento mobilizou milhões de pessoas nas ruas e nas redes sociais contra a candidatura de Jair Bolsonaro, tornando-se um dos maiores protestos digitais e presenciais da história recente do país. De acordo com Paulino (2019), o movimento demonstrou a força da juventude feminina em articular narrativas digitais e transformá-las em ação coletiva, ainda que tenha sido alvo de intensos ataques virtuais e tentativas de deslegitimização. Essa experiência evidenciou como as jovens conseguem tensionar estruturas políticas tradicionais e criar novas formas de engajamento.

Além disso, coletivos feministas de periferia e universitários continuam desempenhando papel central na reconfiguração da participação. Esses espaços produzem agendas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero, à defesa da educação sexual e à valorização da autonomia das mulheres, em oposição à agenda conservadora que busca restringir esses direitos. Conforme destacam Rios, Perez e Ricoldi (2018), a emergência de coletivos interseccionais no Brasil representa uma nova forma de engajamento político protagonizado por jovens mulheres, que articulam gênero, raça, classe e sexualidade em pautas conectadas às suas realidades cotidianas. Tais coletivos se estruturam de maneira horizontal, privilegiando a construção coletiva e a diversidade de vozes, o que os torna mais acessíveis à participação das jovens, mas também mais vulneráveis a processos de desmobilização em contextos de repressão ou de cortes de financiamento.

Outro campo crucial de disputa ocorre nas redes sociais, que se consolidaram como arena de batalha simbólica entre influenciadoras conservadoras e feministas. Enquanto as primeiras promovem a exaltação da maternidade, do casamento e da submissão como ideais

de realização feminina, reforçando papéis de gênero tradicionais, as segundas pautam a autonomia, a igualdade e a luta contra a violência de gênero (Solano; Rocha; Sendretti, 2023). Essa disputa não se limita ao conteúdo, mas também às estratégias de engajamento, visto que influenciadoras conservadoras têm explorado algoritmos e estéticas digitais que tornam seu discurso mais “palatável”, recorrendo à ironia e ao humor para ampliar sua mensagem entre a juventude, enquanto influenciadoras favoráveis ao movimento feminista, em sua maioria, trazem abordagens mais técnicas e embasadas em análises formais. Nesse sentido, Frotté (2023) observa que a mobilização da chamada “ideologia de gênero” tem se tornado uma pauta estratégica entre mulheres da nova direita brasileira, que utilizam o espaço digital como instrumento de legitimação política e moral. Ao reforçar valores como a defesa da família, da religião e da moralidade tradicional, essas figuras reconfiguram o papel das mulheres na esfera pública, apresentando-se como protagonistas de um antifeminismo institucionalizado que disputa narrativas e significados sobre o lugar da mulher na sociedade contemporânea.

Tendo isso em vista, entre os exemplos mais visíveis de influenciadoras conservadoras jovens que vêm emergindo recentemente, destaca-se Zoe Martinez, que aos 24 anos anunciou pré-candidatura a vereadora de São Paulo pelo PL (Godoy, 2025). Atualmente, aos 26 anos, ela tem cerca de 1,6 milhão de seguidores no Instagram e já atua como comentarista política e vereadora pelo Partido Liberal (PL) em São Paulo, vinculando seu discurso ao bolsonarismo, apoiando causas como “liberdade, educação cívica, incentivo ao patriotismo em sala de aula e segurança pública armada” (Godoy, 2025). Com publicações que alcançam a faixa do milhão de visualizações, sua visibilidade demonstra como jovens mulheres conservadoras têm buscado articulação eleitoral a partir da influência digital, convertendo seguidores em base política organizada (Cuevas-Calderon et al., 2024; Ribeiro, 2022; Hoffmann, 2022).

Ademais, outro exemplo de mobilização da pauta conservadora por mulheres pode ser observado na trajetória de Bárbara Destefani, criadora do canal “Te atualizei”. A influenciadora digital se consolidou como uma das vozes mais expressivas do campo conservador nas redes sociais, atingindo milhões de seguidores no YouTube, Instagram e Twitter, antes mesmo de sofrer bloqueios judiciais em razão de conteúdos considerados como desinformação e ataques institucionais (Salgueiro, 2023). Sua atuação demonstra a relevância das plataformas digitais como novos espaços de disputa política, especialmente entre a juventude, e evidencia como o engajamento feminino pode se consolidar também em narrativas contrárias ao feminismo e aos direitos de gênero.

A estratégia discursiva de Bárbara Destefani é marcada pelo uso de retórica emocional, linguagem direta e pela mobilização de uma narrativa de vitimização política. Em maio de 2023, após participar de uma audiência pública da Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados sobre censura, a influenciadora declarou: “Incrivelmente, após a minha participação na comissão que discutia a censura, todos os meus vídeos foram banidos do Brasil. Agora, sim, é impossível assistir aos meus vídeos no Brasil. Simplesmente não tenho a quem recorrer! Me juraram que isso era uma democracia” (Salgueiro, 2023). Esse episódio foi bastante emblemático não apenas porque reforçou sua autoimagem como vítima de perseguição política, mas também porque alimentou uma narrativa amplamente difundida no campo conservador e de extrema-direita: a ideia de que o Brasil vive sob um regime de cerceamento à liberdade de expressão e de que vozes dissidentes estariam sendo sistematicamente caladas.

Se, por um lado, influenciadoras conservadoras como Zoe Martinez e Bárbara Destefani reforçam discursos que questionam o feminismo e exaltam papéis tradicionais de gênero, por outro, as influenciadoras feministas têm ocupado as redes sociais como espaços estratégicos de resistência e de conscientização política. Nomes como Djamila Ribeiro, filósofa e autora, e “Jout Jout” (Julia Tolezano), criadora de conteúdo digital, exemplificam como mulheres jovens e com grande alcance midiático utilizam as plataformas digitais para problematizar desigualdades estruturais, denunciar violências de gênero e propor novas formas de engajamento social.

Djamila Ribeiro, em especial, consolidou-se como uma das vozes mais influentes do feminismo negro no Brasil, articulando debates que ultrapassam o ambiente acadêmico e alcançam o grande público através das redes sociais. Com linguagem acessível, suas publicações problematizam o racismo, a misoginia e a desigualdade social, tornando-se referência para coletivos estudantis e movimentos juvenis organizados. Dessa maneira, ao dialogar com uma geração conectada e crítica, Djamila reforça a ideia de que o feminismo é uma ferramenta política essencial para a qualificação da democracia e para o fortalecimento da cidadania das mulheres (Ribeiro, 2019).

Já Jout Jout, embora não esteja atualmente tão ativa quanto em anos anteriores, teve um papel central na difusão de pautas feministas entre o público jovem durante a segunda metade da década de 2010. Com vídeos que combinavam humor e reflexão, seu canal no YouTube trouxe para a agenda pública debates sobre relacionamentos abusivos, pressão estética, sexualidade e autonomia das mulheres. Vídeos como “Não tira o batom vermelho”,

por exemplo, viralizaram justamente porque traduziam, em linguagem cotidiana, discussões antes restritas a círculos acadêmicos ou militantes, aproximando o feminismo de milhares de jovens brasileiras (Rodrol, Finco, 2016).

Portanto, fica evidente como tais influenciadoras feministas atuam na contramão daquilo que o conservadorismo digital prega. Se Bárbara Destefani, por exemplo, constrói uma narrativa de vitimização a partir da ideia de censura e perseguição às vozes conservadoras, Djamila Ribeiro e “Jout Jout” mobilizam discursos que revelam como as mulheres são silenciadas e discriminadas por estruturas patriarcais historicamente naturalizadas. A disputa, portanto, não se dá apenas em torno de valores, mas também sobre o sentido da democracia e da liberdade, pois, enquanto influenciadoras conservadoras questionam a legitimidade de instituições sob a bandeira da “liberdade de expressão”, as feministas utilizam as mesmas redes para denunciar como essa mesma liberdade é restrita de forma desigual, especialmente para mulheres, jovens e negras.

Assim, os exemplos empíricos demonstram que a reconfiguração da participação política das mulheres jovens no Brasil contemporâneo não é linear nem unívoca. Pelo contrário, revela-se como um campo de disputa simbólica em que influenciadoras de diferentes espectros ideológicos se apresentam como mediadoras de sentidos, moldando a forma como a juventude feminina comprehende seu papel social e político.

#### **4.3 O futuro da participação política das mulheres jovens no Brasil**

O futuro da participação política das mulheres jovens no Brasil configura-se em um cenário de desafios persistentes e oportunidades emergentes. Embora a legislação brasileira busque garantir um mínimo de representatividade feminina, a realidade ainda evidencia desigualdades significativas. Como já mencionado anteriormente neste capítulo, dados do Senado Federal (2022) e do Observatório Nacional da Mulher na Política da Câmara dos Deputados (2025) mostram que, apesar de serem maioria do eleitorado, as mulheres permanecem sub-representadas em cargos eletivos e decisórios. Consequentemente, tal contexto de desigualdade institucional, agravado por práticas como candidaturas laranjas, dificulta que jovens mulheres acessem espaços de poder e influencia a forma como elas percebem sua própria participação política.

Entretanto, apesar dos impasses e de um certo pessimismo que rodeia a temática, esse cenário também apresenta sinais de transformação. Movimentos de mobilização social e

digital, como o “#EleNão”, por exemplo, liderado por mulheres jovens, evidenciam que existe engajamento político fora das estruturas partidárias tradicionais (Rossi; Carneiro; Gragnani, 2018; Paulino; Paulino, 2019). Tais iniciativas ilustram que, mesmo diante de barreiras institucionais e culturais, é possível construir espaços de expressão, articulação e influência política capazes de desafiar a ordem vigente marcada por profundos traços discriminatórios e desfavoráveis ao avanço dos direitos das mulheres na política brasileira.

A perspectiva para o futuro dependerá, em grande medida, da consolidação de estratégias que fortaleçam o protagonismo feminino jovem. Isso inclui a criação de redes de apoio, a valorização de espaços locais e comunitários, a promoção de mentoria política e a incorporação efetiva de suas demandas em instâncias governamentais e partidárias. Ao mesmo tempo, a disputa de narrativas nas redes sociais e a ampliação de visibilidade para vozes jovens femininas podem funcionar como catalisadores de engajamento, criando novas formas de participação que não dependam exclusivamente da política formal (Plan International, 2022; Belisário; Reis, 2022).

Assim, o futuro da participação política das mulheres jovens no Brasil apresenta-se como um campo em tensão, no qual se cruzam fatores de exclusão e de oportunidade. A consolidação de lideranças femininas jovens e a ampliação da representatividade dependerão da capacidade de superar barreiras institucionais e culturais, ao mesmo tempo em que se aproveitam as brechas para inovação, mobilização e resistência. Se essas condições forem atendidas, a participação política das mulheres jovens poderá não apenas crescer quantitativamente, mas também qualificar os processos democráticos, fortalecendo a diversidade de perspectivas e o exercício pleno da cidadania (ONU Mulheres, 2025; Câmara dos Deputados, 2025).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo investigar o impacto da ascensão da extrema-direita e do conservadorismo no Brasil sobre a reconfiguração da participação política e social das mulheres jovens, analisando como esses movimentos político-culturais têm mobilizado novas formas de engajamento alinhadas a pautas moralistas, religiosas e tradicionalistas. A escolha do tema justifica-se pela crescente visibilidade que o conservadorismo assumiu na última década no país, especialmente após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, marco da consolidação do bolsonarismo enquanto fenômeno político, comunicacional e cultural. Dada a centralidade das redes sociais nesse processo, a pesquisa buscou compreender como tais espaços passaram a ser arenas de disputa simbólica, nas quais se definem valores, identidades e significados sobre o papel da mulher na sociedade brasileira contemporânea.

Em consonância com os objetivos propostos, o trabalho demonstrou que a extrema-direita no Brasil não se limita à atuação partidária, mas opera de forma mais ampla por meio de uma estratégia metapolítica, conceito que, conforme Teitelbaum (2022), descreve a tentativa de modificar a cultura e o imaginário coletivo antes de alterar as estruturas políticas formais. Conforme analisado no primeiro capítulo deste estudo, essa abordagem foi observada no contexto brasileiro como parte essencial da lógica bolsonarista, que se vale das redes digitais, da linguagem emocional e da estética da juventude para difundir valores conservadores e consolidar uma nova hegemonia moral. Assim, os resultados obtidos confirmam que a reconfiguração da participação política feminina é um produto direto dessa dinâmica: as mulheres jovens continuam politicamente ativas, mas, em muitos casos, mobilizadas em prol de causas anti-progressistas e de reafirmação de papéis tradicionais de gênero.

No decorrer da análise, verificou-se que o problema de pesquisa, isto é, de que maneira a ascensão da extrema-direita tem contribuído para a reconfiguração da participação política e social das mulheres jovens, foi respondido de forma consistente. A partir de revisão bibliográfica e análise de casos empíricos, constatou-se que o conservadorismo contemporâneo instrumentaliza o engajamento feminino ao incorporar mulheres como agentes legitimadores do discurso moral, ao mesmo tempo em que esvazia o potencial emancipatório das suas reivindicações. Exemplos como os de Zoe Martínez e Bárbara Destefani ilustram a dimensão dessa instrumentalização: ambas se tratam de figuras que constroem autoridade política a partir de narrativas de moralidade, patriotismo e defesa da liberdade, convertendo

influência digital em poder simbólico e eleitoral. Tal fenômeno demonstra como o ambiente virtual funciona como um laboratório de metapolítica, em que se produz uma nova identidade feminina compatível com os valores da extrema-direita (Cuevas-Calderon *et al.*, 2024).

Por outro lado, o estudo também evidenciou que a resistência feminista não foi anulada, mas reconfigurada em novas formas de militância digital e territorial. Movimentos como o #EleNão e coletivos feministas mobilizados em ambientes universitários e de periferia seguem atuando de maneira relevante, especialmente ao criar agendas autônomas que enfrentam a violência de gênero, defendem a educação sexual e reivindicam igualdade racial e econômica. Essas iniciativas reforçam que a juventude feminina continua a ser um ator político central, ainda que inserido em um campo de disputas cada vez mais polarizado e digitalizado (Paulino, 2019; Ribeiro, 2019). Contudo, como observado por Solano, Rocha e Sendretti (2023), há um evidente desequilíbrio entre a capacidade de mobilização conservadora e a progressista, uma vez que os discursos da extrema-direita se valem de estratégias emocionais, humorísticas e esteticamente agradáveis para alcançar maior aderência entre o público jovem.

Foi analisada a hipótese de que a reafirmação de valores tradicionais tem redirecionado a mobilização política de parte da juventude feminina em direção a pautas conservadoras. Os resultados mostram que, sob o discurso da liberdade individual e da moralidade, a extrema-direita conseguiu reorientar a participação política feminina, transformando o engajamento das mulheres em um instrumento de legitimação do próprio projeto autoritário e excludente. Simultaneamente, essa transformação não elimina o protagonismo das mulheres, mas o redefine, incorporando-as como “protetoras da moral” ou “mães da nação”, papéis que reforçam a subordinação simbólica e a manutenção da ordem patriarcal. Futuras pesquisas poderiam analisar como o crescimento da extrema direita tem impactado a opinião pública desses setores do eleitorado de forma mais ampla, objetivo que extrapola o proposto neste trabalho.

Em relação à metodologia, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e bibliográfica, complementada pela análise empírica de casos contemporâneos de mobilização feminina nas redes sociais. Essa combinação permitiu compreender não apenas as dimensões conceituais do problema, mas também sua materialização prática no ambiente digital.

Por fim, a análise sugere direcionamentos futuros que merecem aprofundamento acadêmico. Entre eles, destacam-se: o estudo do papel dos algoritmos na amplificação de discursos extremistas; a investigação de como a estética digital influencia percepções políticas

de gênero; e a observação longitudinal da trajetória de jovens lideranças femininas conservadoras no cenário pós-bolsonarista. Além disso, é essencial examinar o impacto dessa disputa simbólica nas políticas públicas voltadas às mulheres, sobretudo em áreas como saúde reprodutiva, educação e combate à violência de gênero.

Em síntese, o presente trabalho contribuiu para a compreensão de que a reconfiguração da participação política das mulheres jovens é um fenômeno multidimensional, que envolve não apenas a polarização ideológica, mas também transformações profundas nas formas de comunicação, pertencimento e poder. A ascensão da extrema-direita e do conservadorismo no Brasil contemporâneo evidencia que as batalhas políticas do século XXI são, antes de tudo, batalhas culturais e metapolíticas, travadas nas redes, nas narrativas e nos corpos das mulheres que nelas se reconhecem, seja como resistência, seja como legitimação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Talita.** “Especial Eleições 2022 - Representatividade feminina ainda é baixa na Câmara”. CNN Brasil, São Paulo, 5 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mulheres-aumentam-representacao-na-camara-mas-representatividade-ainda-e-baixa/>. Acesso em: 1 set. 2025.
- ALMEIDA, Ronaldo de.** “A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo”. Cadernos Pagu, n. 50, e175001, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500001>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- ALMEIDA, Ronaldo de.** “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- BARNABÉ, Thiago Abdala; MELO, Ygor Lebrank de; GARCIA, Guilherme Fernandes; FORMIGA, Dayana de Oliveira.** “A crescente da extrema direita no cenário político mundial: um estudo do bolsonarismo.” Manduarisawa - Revista Discente do Curso de História da UFAM, v. 7, n. 1, p. 279-298, 2023.
- BELISÁRIO, K. M.; REIS, R. C.** “Representação feminina na cena política brasileira: Estereótipos e preconceitos”. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 32, n. esp. 1, e023011, 2023. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.31068/tp.v32iesp.1.1049>
- BIROLI, Flávia.** “Mulheres, política e violência”. Blog da Boitempo, 3 jun. 2016. Disponível em: <https://blogdabotempo.com.br/2016/06/03/mulheres-politica-e-violencia/>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- BRASIL. Senado Federal.** “Sub-representadas na política: mulheres são 53% do eleitorado”. Rádio Senado, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/08/16/sub-representadas-na-politica-mulheres-sao-53-do-eleitorado>. Acesso em: 1 set. 2025.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS.** “Observatório Nacional da Mulher na Política”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- CARLOS, Euzenia; PEREIRA, Maria Verônica Teixeira; RODRIGUES, Luciana Ramos.** “Desmonte de políticas públicas no governo Bolsonaro: políticas para mulheres, de igualdade racial e para LGBTQIA+ em perspectiva comparada”. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 47, e3272, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2025.e3272>. Acesso em: 1 set. 2025.

**CLAVERY, Elisa; FRAGA, Lorena.** “Mulheres ainda têm pouca representação em cargos-chave nos partidos, apontam especialistas e parlamentares”. G1, 8 mar. 2025. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/08/mulheres-ainda-tem-pouca-representacao-em-cargos-chave-nos-partidos-apontam-especialistas-e-parlamentares.ghtml>. Acesso em: 1 set. 2025.

**COSTA, Júlia Morena.** “Mulheres na política: da domesticação à adjacência, entre primeiras-damas e tradwifes”. Ephemera: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto, v. 8, n. 15, p. 22–44, maio-ago. 2025. DOI: 10.70446/ephemera.v8i15.8035. Acesso em: 30 ago. 2025.

**COWAN, B.** “‘Nosso terreno’: crise moral, política evangélica e a formação da ‘nova direita’ brasileira”. Varia História, vol. 30, n. 52, 2014.

**CUEVAS-CALDERON, Elder *et al.*** “Guerra cultural de la derecha radical conservadora en TikTok: estudio comparativo de influencers en Peru, Brasil, Francia e Italia”. Letras, Lima, v. 95, n. 141, p. 171-187, jan. 2024. Disponível em:  
[http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2071-50722024000100010&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2071-50722024000100010&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 23 mar. 2025. Epub 30 jun. 2024. DOI:  
<http://dx.doi.org/10.30920/letras.95.141.11>.

**FROTTÉ, B.** “MULHERES ANTIFEMINISTAS NA POLÍTICA BRASILEIRA: A MOBILIZAÇÃO DA ‘IDEOLOGIA DE GÊNERO’ COMO PAUTA ESTRATÉGICA.” SciELO Preprints, 2025. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.13254. Disponível em:  
<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/13254>. Acesso em: 16 out. 2025.

**GODOY, Andrea.** “Conheça a vereadora Zoe Martínez”. Portal da Câmara Municipal de São Paulo, 02 abr. 2025. Disponível em:  
<https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/conheca-a-vereadora-zoe-martinez/>. Acesso em: 12. out. 2025.

**GOMES FERREIRA, G.** “Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo”. Lutas Sociais, [S. l.], v. 20, n. 36, p. 166–178, 2016. DOI: 10.23925/ls.v20i36.31855. Disponível em:  
<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/31855>. Acesso em: 22 mar. 2025.

**HOFFMANN, Fábio.** A extrema direita no poder: Bolsonaro e o bolsonarismo. *Revista Orbis Latina*, Foz do Iguaçu, v. 12, n. 1, p. 1–20, jan./jun. 2022. Disponível em:  
<https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/3161>.

**IASI, Mauro.** “De onde vem o conservadorismo?” Blog da Boitempo, 15 abr. 2015. Disponível em: <https://blogdabotempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

**INSTITUTO DE DEFESA DA DEMOCRACIA; IEDE.** “De Olho nas Urnas: jurimetria das candidaturas coletivas e compartilhadas nas eleições de 2022”. Brasília: IDD/IEDE, 2024. Disponível em: <https://idedemocracia.org.br/publicacao/jurimetria-candidaturas-coletivas/>. Acesso em: 24 abr. 2025.

**MAITINO, M. E.** ““Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro”. Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2018. Acesso em: 22 mar. 2025.

**MAITINO, M. E.** “Populismo e bolsonarismo”. Cadernos Cemarx, Campinas, v. 13, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/13167>. Acesso em: 15 out. 2025.

**MARQUES, R. M.; NAKATANI, P.** “The Rise of Right-Wing Extremism in Brazil”. Journal of Leadership, Accountability and Ethics, [S. l.], v. 20, n. 1, 2023. DOI: 10.33423/jlae.v20i1.5880. Disponível em: <https://articlegateway.com/index.php/JLAE/article/view/5880>. Acesso em: 20 mar. 2025.

**NEIVA, Anna Graziella.** “Participação política das mulheres como essencial à democracia: limites do novo Código Eleitoral”. ConJur, 2025. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2025-jun-05/a-participacao-politica-das-mulheres-como-elemento-essencial-a-democracia-limites-do-novo-codigo-eleitoral/>. Acesso em: 1 set. 2025.

**NETO, Marco Aurélio Vannuchi.** “A “direita envergonhada” e a fundação do Partido de Reedificação da Ordem Nacional”. Revista de Sociologia e Política, v. 25, n. 62, p. 80-85, 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/6722>. Acesso em: 22 mar. 2025.

**NETTO, Michel Nicolau; CHAGURI, Mariana Miggiolaro; CAVALCANTE, Sávio Machado.** “The struggle for the nation: the rise of the far right and the war on diversity in Brazil”. Seminar paper apresentado em: Conservatism and Authoritarianism in Brazil: Histories, Politics, and Cultures – Columbia University; The Return of the Right in Brazil: Politics and Society – Harvard University; Political narratives and social imaginaries in Brazil: between democracy and right-wing politics – Brown University, fev. 2020. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63039946/The\\_struggle\\_for\\_the\\_nation-\\_the\\_rise\\_of\\_the\\_far\\_right\\_and\\_the\\_war\\_on\\_diversity\\_in\\_Brazil-libre.pdf](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63039946/The_struggle_for_the_nation-_the_rise_of_the_far_right_and_the_war_on_diversity_in_Brazil-libre.pdf). Acesso em: 31 ago. 2025.

**OLIVEIRA, Octávio Henrique Alves Costa de; ARAUJO, Marcos do Vale; BELFI, Lucca Giannini Palermo Moreno.** “Anatomia de uma crise: globalização, neoliberalismo e extrema-direita no Brasil”. Cadernos Cemarx, Campinas, SP, v. 16, n. 00, p. e022011, 2022. DOI: 10.20396/cemarx.v16i00.17393. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/17393>. Acesso em: 21 ago. 2025.

**ONU MULHERES.** “Brasil ocupa a 133ª posição no ranking global de representação parlamentar de mulheres”. ONU Mulheres, 15 abr. 2025. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/brasil-ocupa-a-133a-posicao-no-ranking-global-de-representacao-parlamentar-de-mulheres/>. Acesso em: 1 set. 2025.

**PAULINO, S. C.; PAULINO, S. C.** (2019). “#ELENÃO: REFLEXÕES SOBRE CIBERATIVISMO FEMINISTA NO BRASIL NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018”. Revista Magistro, 1(19). Recuperado de <https://granrio.emnuvens.com.br/magistro/article/view/5528>.

**PLAN INTERNATIONAL.** “Meninas em espaços de poder: a importância da representatividade”. São Paulo: Plan International Brasil, 2022. Disponível em: <https://plan.org.br/noticias/pesquisa-global-da-plan-international-aponta-que-meninas-e-jovens-mulheres-sao-desestimuladas-a-ocupar-espacos-de-poder/>. Acesso em: 4 set. 2025.

**PRADO, Marco Aurélio Máximo.** “Como a cruzada antigênero de Bolsonaro desfigurou o Estado brasileiro”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 22 ago. 2025. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/como-a-cruzada-antigenero-de-bolsonaro-desfigurou-o-estado-brasileiro/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

**QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado.** “Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil”. *Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 486-522, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912018243486>.

**RIBEIRO, Djamila.** Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

**RIBEIRO, Guilherme.** A metapolítica do bolsonarismo: considerações sobre o modus operandi da extrema-direita brasileira. , [S.l.], v. 1, n. 20, p. 71-99, out. 2022. ISSN 2317-8825. Disponível em: <<https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/404>>. Acesso em: 16 out. 2025. doi: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i20.404>.

**RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene.** “Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo”. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 36-51, 2019. DOI: 10.23925/ls.v22i40.46648. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/46648>. Acesso em: 16 out. 2025.

**RODROL, Lika; FINCO, Nina.** “Jout Jout: youtuber e ex-tímida que virou cronista de uma geração.” *Época*, Rio de Janeiro, 27 jun. 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2016/06/jout-jout-youtuber-e-ex-timida-que-virou-cronista-de-uma-geracao.html>. Acesso em: 12 out. 2025.

**ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana.** “#EleNão: a manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos”. *BBC News Brasil*, São Paulo, 30 set. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 31 ago. 2025.

**SAAD-FILHO, Alfredo; BOITO, Armando.** “Brazil: the failure of the PT and the rise of the ‘new right’”. *Socialist Register*, v. 52, p. 212-230, 2016. Disponível em: <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/25062>. Acesso em: 23 ago. 2025.

**SALGUEIRO, Edilson.** “Bárbara Destefani participa de audiência sobre censura e acaba censurada no YouTube”. *Revista Oeste*, 13 mai. 2023. Disponível em: <https://revistaoeste.com/politica/barbara-destefani-participa-de-audiencia-sobre-censura-e-acaba-censurada-no-youtube/>. Acesso em: 3 set. 2025.

**SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar.** “The Movimento Brasil Livre and the New Brazilian Right in the Election of Jair Bolsonaro”. *Latin American Perspectives*, [S. l.], v. 50, n. 1, p. 237-253, 8 fev. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X221146767>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0094582X221146767>. Acesso em: 22 mar. 2025.

**SILVA, Karoline Maria Fernandes da Costa e; PRESSER, Nadi Helena; MONTEIRO-KREBS, Luciana; CARMO, Rodrigo Felipe Rodrigues do.** “The Brazilian Far-right After Bolsonaro: How New Actors Are Using Disinformation Strategies to Mobilize the Audience on Digital Platforms”. *Social Sciences*, v. 14, n. 4, p. 371-381, 2025. DOI: <https://doi.org/10.11648/j.ss.20251404.18>.

**SOLANO, Esther; ROCHA, Camila; SENDRETTI, Lilian.** “Mulheres de extrema-direita: empoderamento feminino e valorização moral da mulher”. *Caderno CRH, Salvador*, v. 36, p. 1-16, e023040, 2023. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v36i0.55443>.

**TSE.** “Mulheres”. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#estatisticas>. Acesso em: 23 mar. 2025.

**UNIÃO BRASIL.** “O lugar da mulher na política”. União Brasil, 26 ago. 2025. Disponível em: <https://uniaobrasil.org.br/2025/08/26/o-lugar-da-mulher-na-politica/>. Acesso em: 1 set. 2025.